



**Governo do Estado de Mato Grosso**  
**SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente**  
**GSEMA - Gabinete da Secretária**  
**CEPESCA - Conselho Estadual de Pesca**

**ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PESCA – CEPESCA**

Aos oito dias de agosto do ano de dois mil e dezenove, às 08h 35 min no Auditório João Nicolau Petroni da FIEMT/MT ocorreu a 4ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Pesca – CEPESCA, com a seguinte pauta: 1) Abertura da reunião, discussão e aprovação da ata da 3ª Reunião Ordinária, ocorrida no dia 13 de junho de 2019; 2) Informes; 3) Proposta de Resolução do CEPESCA de Normatização da Distribuição das Guias de Trânsito e Controle de Pescado (GTCP) pelas Colônias de Pescadores Profissionais – Conselheira Julita Burko Duleba, Colônia Z 16; 4) Proposição do conselheiro Luiz Amaral (ARPAN) "Piracema Induzida: a verdadeira solução para voltarmos a ter peixes em nossos rios"; 5) Apresentação da Conselheira Solange Arrolho sobre dados obtidos sobre comportamento dos peixes das Bacias dos Rios Juruena e Teles Pires; 6) Assuntos Gerais e Encerramento. A reunião foi presidida pelo Secretário Executivo Adjunto de Meio Ambiente, Sr. Alex Sandro Antônio Marega. A reunião contou com a presença dos seguintes representantes institucionais do Conselho: Sr. Luiz Augusto Moreira Amaral, representante do setor empresarial de turismo de pesca – Bacia Amazônica (ARPAN); Srs. Elza Basto Pereira (Colônia Z 02) e Moacyr Bento Ribeiro de Carvalho (Colônia Z 11), representantes da Bacia Paraguai; Srª. Julita Burko Duleba, representante da Bacia Amazônica-Colônia Z 16; Srs. Belmiro Lopes de Miranda (Federação dos Pescadores) e Carlos Alberto Arruda (SEAF/MT), representantes do CONSEMA; Sr. Luciano Pereira da Silva, representante da Associação Xaraiés; Sr. Clodomir Ceolatto, representante do setor empresarial de turismo de pesca – Bacia Paraguai (ASATEC); Sr. Tarso Ricardo Lopes, representante do seguimento de turismo de pesca Bacia Araguaia; Sr. Bathilde Jorge Moraes Abdalla, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico/Turismo; Sr. Ivan Lopes Dias, representante da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer; Sr. Ricardo da Costa Carvalho, representante da OPAN; Srª Jeandra dos Santos Barbosa, representante da Bacia Araguaia – Colônia Z 09; Srª. Lúcia Aparecida de Fátima Mateus, representante da UFMT; Srª. Solange Aparecida Carvalho, representante da UNEMAT; Sr. Cesar Esteves Soares, representante do IBAMA; Srª. Adriana Macedo Rodrigues, representante do DAP/MAPA. Estiveram presentes também participantes ouvintes, conforme lista de presença da reunião, arquivada na Secretaria Executiva do CEPESCA, sendo registrado os que se manifestaram: Sr. João Fernando Copetti Bohrer (Comitê da Bacia Hidrográfica Rio São Lourenço); Srª. Flávia Metello de Figueiredo (INDEA/MT). A reunião foi aberta pelo Sr. Alex Sandro Antônio Marega e iniciou perguntando ao Conselho se tem alguma observação sobre requerimentos de urgência que tivessem fora da pauta, para ser inserido. A Ata da 3ª Reunião Ordinária, ocorrida no dia 13 de junho de 2019, foi aprovada por unanimidade. Iniciam-se os informes: 1) Audiência Pública sobre "Cota Zero: você é a favor ou contra?" a ser realizada, durante a noite, no dia

GRP  
M



## Governo do Estado de Mato Grosso

SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente

GSEMA - Gabinete da Secretária

CEPESCA - Conselho Estadual de Pesca

39 08/08/19 em Bonsucesso. Foi reforçado a importância de ter a participação dos  
40 Conselheiros para que seja realizada a defesa das discussões ocorridas no âmbito do  
41 CEPESCA; 2) Foi informado sobre os desdobramentos que estão sendo encaminhados na  
42 ampliação das ações do monitoramento dos recursos pesqueiros na região da Bacia  
43 Hidrográfica do rio São Lourenço, em atendimento ao disposto no Processo nº 155540/2019  
44 em parceria com o Ministério Público de Rondonópolis, CEPESCA, SEMA,  
45 SEMMA/Rondonópolis e CBH São Lourenço. A SEMA incluiu mais pontos de coleta para as  
46 ações de desenvolvimento gonadal na região e a equipe de Rondonópolis estará responsável  
47 pela coleta de ovos e larvas para serem incluídas no modelo matemático de definição do  
48 Período de Defeso; 3) Substituição dos seguintes representantes institucionais no Conselho  
49 Pleno: a) Ministério Público Estadual-MPE: Sr. Ari Madeira Costa (titular) e Sr. Marcelo  
50 Caetano Vacchiano (suplente); b) Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer-SECEL: Sr.  
51 Allan Kardec Pinto Acosta Benitez (titular) e Sr. Ivan Lopes Dias (suplente); c) CONSEMA: Sr.  
52 Carlos Alberto Simões de Arruda (suplente); d) Ministério da Agricultura, Pecuária e  
53 Abastecimento/Secretaria de Aquicultura e Pesca/Divisão Federal de Aquicultura e Pesca de  
54 Mato Grosso: Sr<sup>a</sup>. Adriana Macedo Rodrigues (titular) e Sr<sup>a</sup>. Hellen Cristina Gomes Moya  
55 Araújo (suplente); 4) Ofício nº 474/2019/INSS de 08/05/19 em resposta ao CEPESCA, trata  
56 da impossibilidade de fornecer a lista nominal de Pescadores Profissionais que receberam  
57 e/ou têm direito a receber Benefício do Seguro Defeso; 5) Ofício nº 80/DAP-MT/SFA-  
58 MT/MAPA de 09.07.19 encaminha a listagem de Pescadores Profissionais Artesanais  
59 cadastrados no sistema informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira, com nome,  
60 CPF, RG e entidade a qual está filiado, totalizando 9628 pescadores registrados em MT; 6) O  
61 Sr. Alex contextualiza sobre os encaminhamentos e trâmites realizados pelo CEPESCA e  
62 SEMA em relação à Minuta de Lei aprovada e consensuada pelo CEPESCA. Ele reforça que a  
63 minuta protocolada na Casa Civil, foi encaminhada via e-mail a todos os Conselheiros e que  
64 ela contempla todas as discussões referendadas pelo Conselho Pleno, bem como agrega as  
65 contribuições realizadas pela Sub-procuradoria Geral do Meio Ambiente. O Sr. Governador  
66 realizou ajustes e complementações nesta versão e protocolou na Assembleia Legislativa, o  
67 PL nº 668/19 como um Projeto do Executivo. Ele pontua que a partir de agora, as discussões  
68 referentes à alteração da Lei da Pesca, ocorrerão no âmbito do poder legislativo e reforça a  
69 importância de ter a participação dos Conselheiros nas Audiências Públicas para que seja  
70 realizada a defesa das discussões ocorridas no âmbito do CEPESCA. O Sr. Moacyr reforça sua  
71 preocupação com a proposta encaminhada pelo Governador e pontua que nos outros  
72 estados vizinhos (MS, TO e GO) a pesca é fechada apenas para os pescadores amadores,  
73 sendo MT, o único que está propondo a proibição de pesca para os pescadores profissionais.  
74 O Sr. Ari aponta sua preocupação com a vedação da pesca para pescadores profissionais.  
75 Propõe que o ideal seria montar um grupo para fazer uma força-tarefa de realizar o  
76 recadastramento dos verdadeiros pescadores profissionais e divulgar que aqueles que estão  
77 se beneficiando indevidamente devem ser responsabilizados. Contextualiza também que a



**Governo do Estado de Mato Grosso**  
**SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente**  
**GSEMA - Gabinete da Secretária**  
**CEPESCA - Conselho Estadual de Pesca**

78 vedação à pesca aos profissionais poderia ocorrer desde que fosse fortalecido os incentivos  
79 para pequenas pisciculturas. Reforça também sua preocupação com a efetivação e  
80 implementação dos instrumentos da Política Estadual/Nacional de Recursos Hídricos. O Sr.  
81 Luciano reforça que tem um documento elaborado pelo pesquisador da Embrapa Pantanal,  
82 Agostinho Catella que pontua questões pertinentes a pesca apontando a falta de estudos  
83 técnicos que justifiquem a proibição da pesca. Complementa que a atividade da pesca é  
84 milenar de grande importância cultural. O Sr. Tarso destaca que estão ocorrendo muitas  
85 ações de fiscalização com muito empenho e esforço da SEMA e do BPMPA e sempre que  
86 possível, ele dá apoio com fornecimento de estadia e alimentação para os fiscais. Ele  
87 exemplifica que na Baía de Chacororé, foram apreendidos em torno de 5 mil metros de rede  
88 de pesca e questiona o que as colônias de pescadores têm feito para coibirem a prática da  
89 pesca predatória, junto aos seus associados? Ele complementa que em Rondonópolis existe  
90 uma grande quantidade de pessoas que possuem carteira de pescador profissional, se  
91 beneficiando indevidamente dos direitos desta profissão. O Sr. Carlos esclarece que há um  
92 interesse do governo em criar um programa de amparo para incorporar os verdadeiros  
93 pescadores profissionais, sendo proposto alternativas de produção para aqueles ribeirinhos  
94 que ficarem marginalizados. A Srª. Solange esclarece que é muito importante diferenciar o  
95 pescador de subsistência, ribeirinho, daquele que é pescador profissional. Complementa  
96 que a ideia de capacitar os pescadores profissionais, para serem piscicultores, apicultores  
97 e/ou empreendedores não será efetiva considerando os aspectos culturais e peculiares da  
98 profissão e reforça a importância do CEPESCA se posicionar dando legitimidade ao trabalho  
99 desenvolvido pelos pescadores profissionais. Ela também pontua que existem muitas  
100 práticas de pesca predatória que a fiscalização não consegue atuar e que a sociedade  
101 também tem a prerrogativa de exercer seu papel de fiscalização. O Sr. Bathilde  
102 complementa que a SEADTUR está aberta para juntar esforços para promover cursos para  
103 habilitar os pescadores para pilotar. O Sr. Ari informa que de acordo com as manifestações  
104 declaradas no Conselho Pleno em relação às irregularidades exercidas na pesca profissional,  
105 ele solicitará a gravação da reunião para levantá-las e apurá-las para que as medidas cabíveis  
106 sejam tomadas. Ele também solicita a lista com o cadastro dos pescadores profissionais  
107 encaminhada pelo MAPA. O Sr. Alex reforça que todas as informações encaminhadas pelo  
108 MAPA, disponíveis no sistema informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira serão  
109 encaminhadas apenas ao MPE para as devidas providências. Próxima pauta refere-se a  
110 Proposta de Resolução do CEPESCA de Normatização da Distribuição das Guias de Trânsito  
111 e Controle de Pescado (GTCP) pelas Colônias de Pescadores Profissionais – Conselheira Julita  
112 Burko Duleba, Colônia Z 16. Ela propõe que cada Colônia deva realizar um cadastro dos  
113 comerciantes que solicitam as Guias de Trânsito e Controle de Pescado, contendo: Nome  
114 empresarial; Nome fantasia; CNPJ; Endereço; Código e descrição da atividade econômica  
115 (do estabelecimento); Nome completo e CPF do empresário; Cadastro de comerciante de  
116 artigos de pesca emitido pela SEMA e Cadastro de veículo para transporte de produtos



**Governo do Estado de Mato Grosso**  
**SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente**  
**GSEMA - Gabinete da Secretária**  
**CEPESCA - Conselho Estadual de Pesca**

117 pesqueiros emitido pela SEMA. Ela contextualiza que este cadastro é muito importante para  
118 que as Colônias possam ter o controle das guias emitidas e propõe também a elaboração de  
119 um termo de compromisso de devolução da segunda via das referidas guias. O Sr. Cesar  
120 reforça a importância de que a distribuição destas Guias deveriam ser eletronicamente,  
121 assim como já reforçado em reuniões anteriores. O Sr. Bathilde complementa que as  
122 distribuições das guias eletrônicas deveriam ser feitas com o mesmo procedimento adotado  
123 pelo CC-SEMA. A discussão começou a se referir a questões de armazenamento do pescado.  
124 A Sr<sup>a</sup> Flávia apresenta sua preocupação com o armazenamento do pescado que não está  
125 sendo inspecionado pelos órgãos competentes. Ela aponta a preocupação com peixes com  
126 parasitas tanto nativos quanto aqueles oriundos de cativeiro, sendo comercializados em MT.  
127 Reforça que a Instrução Normativa nº 23 do MAPA menciona que todo o pescado deverá ser  
128 inspecionado e que em MT, o peixe está sendo comercializado sem a devida inspeção.  
129 Diante das discussões o Sr. Alex, propõe que este assunto seja tratado numa pauta  
130 específica de forma a ocorrer um maior alinhamento entre as ações do INDEA para todos os  
131 Conselheiros. Ao retomar as discussões sobre a normatização da distribuição das Guias de  
132 Trânsito e Controle de Pescado, diante das manifestações do Conselho Pleno, a Sr<sup>a</sup>. Julita  
133 propõe a retirada desta pauta. Inicia-se a próxima pauta Apresentação da Conselheira  
134 Solange Arrolho sobre dados obtidos sobre comportamento dos peixes das Bacias dos Rios  
135 Juruena e Teles Pires. Ela apresenta o relatório com os resultados obtidos em 28 trechos de  
136 coleta de dados primários para monitoramento de recursos hídricos e peixes migratórios, e  
137 que são comparados com o levantamento de dados secundários sobre a bacia hidrográfica  
138 do rio Tapajós, incluindo os rios Teles Pires e Juruena. Destaca os objetivos: Objetivo 1 –  
139 Mensurar e espacializar - através da análise da ictiofauna - o impacto das obras de infra-  
140 estrutura atuais e projetadas (hidrelétricas, PCH's, hidrovia etc...), da mineração (Hg) e da  
141 agropecuária (sedimentos e agrotóxicos) nos ecossistemas aquáticos e seus impactos  
142 correlatos na segurança alimentar e na saúde humana. Objetivo 2 - Sugerir ações ligadas a  
143 pesca e conservação da ictiofauna, visando a sustentabilidade dos estoques pesqueiros, com  
144 envolvimento das populações afetadas pelas atividades humanas impactantes, bem como  
145 sugerir ações sociais ambientais e econômicas para a elaboração do Plano de Manejo e  
146 Conservação da Bacia Hidrográfica do Rio Tapajós. Ela expõe que a segurança alimentar das  
147 comunidades ribeirinhas, etnias indígenas, pescadores e gerações futuras está  
148 comprometida. Os principais responsáveis pelo comprometimento da segurança alimentar  
149 são os empreendedores, gestores das atividades que modificam diretamente a qualidade e  
150 quantidade da água e impactam diretamente as populações de peixes, altamente  
151 dependentes da integridade ambiental das bacias hidrográficas (UHES, PCHs, agronegócio,  
152 mineração e áreas de aglomerado urbano). Todas atividades são desenvolvidas de forma  
153 fragmentada, sem planejamento de uso e ocupação, sem o mapeamento integral da  
154 quantidade de água explorada ou da qualidade de água modificada pelo uso irracional. Ela  
155 pontua que o check list de documentos exigidos para a instalação, operação e/ou



**Governo do Estado de Mato Grosso**  
**SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente**  
**GSEMA - Gabinete da Secretária**  
**CEPESCA - Conselho Estadual de Pesca**

156 regularização das atividades existentes ao longo das microbacias hidrográficas é entregue  
157 aos órgãos reguladores, respeitando as exigências mínimas legais. Porém muitas situações  
158 são recorrentes e não existe transparência nas informações. A exemplo, cita: 1) os Termos  
159 de Referência exigidos pelos órgãos ambientais às UHES, com solicitações de índices  
160 subjetivos que não traduzem a realidade ambiental, econômica, cultural e social da bacia  
161 hidrográfica; 2) os programas de compensação que apenas se destinam a compras de  
162 barcos, motores, caminhonetes, sem noção das reais perdas ambientais e humanas; 3) o  
163 desenvolvimento de programas por empresas privadas que desconhecem a realidade local  
164 e são “soldados” dos empreendedores; 4) as toneladas de peixes mortos e água poluída  
165 durante a implantação e operação das UHES no rio Teles Pires, com milhões em multas  
166 aplicadas, mas nenhuma é paga como compensação aos processos ecossistêmicos perdidos,  
167 e por fim 5) o desenvolvimento do agronegócio que vem “minando” todas as estruturas  
168 ambientais, sem pagar (isenção de impostos) pelo passivo ambiental deixado as gerações  
169 futuras. Ela esclarece que esta pesquisa possibilitou realizar um levantamento geral de como  
170 está a integridade ambiental das microbacias componentes dos rios Teles Pires, Juruena e  
171 Alto Tapajós e que estes resultados poderão ser discutidos com os órgãos ambientais,  
172 pesquisadores e atores sociais para encontrar alternativas a conservação dos recursos  
173 hídricos, ictiofauna, com vistas a garantia da sustentabilidade e segurança alimentar.  
174 Salienta que vários são os fatores que podem modificar a água de um rio, desde agentes  
175 naturais de acordo com as épocas do ano, como também agentes externos provenientes  
176 das atividades humanas. Os peixes possuem plasticidade a adaptações bioquímicas,  
177 fisiológicas, genéticas e reprodutivas, o que garante a sua sobrevivência em diversos  
178 ambientes (rios, lagos, corredeiras), estes são altamente dependentes da interface úmida  
179 da terra com o ar e a água (rochas, cascas de árvores, paredes, telhados, vidros, etc.). Assim  
180 quaisquer modificações nas condições ambientais podem acarretar alterações na densidade  
181 e abundância das populações de peixes, do ponto de vista social, os peixes são principal  
182 fonte de proteína das populações moradoras nas aldeias e fonte de renda para pescadores  
183 que dependem dos rios Tapajós, Teles Pires e Juruena. Ao finalizar sua apresentação, ela se  
184 compromete a disponibilizar um resumo para ser compartilhado posteriormente com os  
185 conselheiros. O Sr. Alex parabeniza pela apresentação realizada e pelas contribuições  
186 oferecidas pela Prof<sup>a</sup>. Solange. A próxima pauta refere-se à proposição do conselheiro Luiz  
187 Amaral (ARPAN) “Piracema Induzida: a verdadeira solução para voltarmos a ter peixes em  
188 nossos rios”. Ele apresenta a proposta de desenvolver uma ação de forma a aumentar os  
189 estoques pesqueiros nos trechos dos rios onde existem os barramentos das hidrelétricas.  
190 Sua proposta consiste em ajudar os peixes que chegarem até as barragens para que eles  
191 concluam o ciclo reprodutivo, realizando a desova artificialmente, em laboratórios. Suas  
192 ovas devem ser acondicionadas em locais apropriados até se desenvolverem em larva e  
193 quando se tornarem alevinos ou juvenis seriam soltos em locais predeterminados tanto a  
194 jusante como a montante da barragem, sendo esses locais escolhidos por pessoas

GRP



## Governo do Estado de Mato Grosso

SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente

GSEMA - Gabinete da Secretária

CEPESCA - Conselho Estadual de Pesca

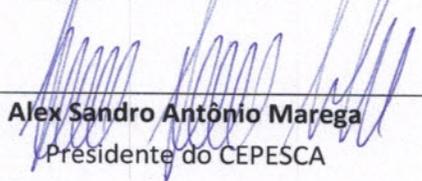
195 capacitadas. Esse método consiste numa ação de peixamento, utilizando as matrizes  
196 existentes das mesmas bacias hidrográficas e tem o objetivo de aumentar a taxa de  
197 sobrevivência, pois quando estão na fase de ovos e larvas, estão mais vulneráveis aos  
198 predadores naturais. Ele propõe que os empreendedores das usinas hidrelétricas devam se  
199 responsabilizar para construir em suas bases o laboratório flutuante com equipe  
200 capacitada para a realização da captura, desova e soltura dos peixes com o  
201 acompanhamento do órgão fiscalizador ambiental. Ele destaca os benefícios desta  
202 proposição: A) Garantir a reprodução de todas as espécies migratórias nos trechos de rios  
203 com barramento independente dos espaços existentes; B) Realizar o peixamento a  
204 montante e jusante das barragens de uma forma segura sem risco de introdução de espécies  
205 híbridas e com alterações genéticas e ou doenças e até mesmo de espécies de outras bacias;  
206 C) Controle dos estoques tanto a montante como a jusante das barragens; D) Controle de  
207 espécies ameaçadas; E) Garantir as atividades da pesca de subsistência, amadora, esportiva  
208 e profissional; F) Seleção de matrizes para um melhoramento genético; G) Utilização de  
209 parte dos alevinos para programas de incentivo a criação em cativeiro principalmente para  
210 a classe de pescadores profissionais que poderão utilizar-se de tanques redes nas  
211 proximidades sem risco de ocorrerem solturas involuntárias de espécies não nativas; H)  
212 Geração de empregos tanto para compor os laboratórios como para os projetos de criação  
213 em cativeiro e aumento do turismo de pesca; I) Incentivo a novos cursos e convênios com  
214 universidades; J) Diminuição considerável do impacto na construção de usinas no que se  
215 refere a reprodução dos peixes reofílicos; K) Controle das populações de todas as espécies  
216 migratórias para se manter um equilíbrio; L) Possibilidade de escolher e controlar quais  
217 espécies devem ter prioridade no processo e também as quantidades a serem desovadas. A  
218 Sr<sup>a</sup>. Julita aponta que as usinas hidrelétricas não estão cumprindo com o disposto no Projeto  
219 Básico Ambiental e que se os mesmos fossem respeitados e monitorados já contemplaria o  
220 Projeto da Piracema Induzida. O Sr. Cesar parabeniza pela iniciativa, porém reforça que esta  
221 proposição se refere a pontos previstos no processo de licenciamento ambiental e tem  
222 previsão legal. Reforça que a SEMA precisa incluir todas as condicionantes em sua análise  
223 para atendimento dos empreendedores; diante disto, não há necessidade de ser  
224 regulamentado pelo CEPESCA, o que precisa é que a lei seja aplicada e executada. A Sr<sup>a</sup>.  
225 Solange complementa que as licenças de operação das usinas, estão sendo liberadas sem  
226 que todas as condicionantes tenham sido atendidas e o órgão ambiental tem sido conivente,  
227 pois não tem cobrado o cumprimento das condicionantes apontadas. Ela também expõe  
228 que esta proposta de Piracema Induzida já está contemplada nos Projetos Básicos  
229 Ambientais e não vem sendo atendida. O Sr. Ari pontua que os empreendedores precisam  
230 ser acionados para realizarem a execução destas pendências. Após demais considerações, o  
231 Sr. Cesar, propõe que o CEPESCA realize uma Minuta de Moção sobre o tema. A Sr<sup>a</sup> Lúcia  
232 complementa que deve se ter o cuidado para que em hipótese nenhuma seja utilizado  
233 alevinos oriundos de piscicultura e que trechos de rios deverão ser livres de

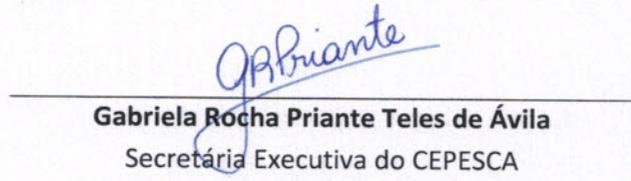


**Governo do Estado de Mato Grosso**  
**SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente**  
**GSEMA - Gabinete da Secretária**  
**CEPESCA - Conselho Estadual de Pesca**

234 empreendimentos hidrelétricos e que sejam identificadas as regiões em que os impactos  
235 sejam minimizados de forma a garantir a manutenção dos estoques pesqueiros. O Sr.  
236 Luciano resgata a importância de discutir no CEPESCA a minuta de Moção sobre  
237 Licenciamento Ambiental e Salvaguarda do Patrimônio Cultural encaminhada pelas  
238 entidades não-governamentais de acordo com o processo nº 349120/19. O Sr. Alex, propõe  
239 então que a Moção seja pauta da próxima reunião ordinária. Ele propõe a criação de um  
240 grupo de trabalho para avaliar a proposta de Piracema Induzida. Foi então aprovado por  
241 unanimidade a constituição do referido grupo de trabalho composto pelos seguintes  
242 entidade representantes: ARPAN (coordenador), UNEMAT, IBAMA, UFMT, MPE e SEMA  
243 (CFRP/CAPIA/CFF) com um prazo de 180 dias para apresentar ao Conselho Pleno o melhor  
244 encaminhamento para esta proposição. Nada mais havendo a declarar a reunião encerrou  
245 às 12 h e 20 min e eu, Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila, lavrei esta ATA que será assinada  
246 por mim, Secretária Executiva do Conselho Estadual de Pesca – CEPESCA e pelo Presidente  
247 do CEPESCA.

248  
249

  
\_\_\_\_\_  
**Alex Sandro Antônio Marega**  
Presidente do CEPESCA

  
\_\_\_\_\_  
**Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila**  
Secretária Executiva do CEPESCA

250

